

 Mariana Almeida Viveiros de Castro<sup>1</sup>

 Verônica Oliveira<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro  Instituto de Nutrição Josué de Castro. Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

**Correspondência**

Mariana Almeida Viveiros de Castro  
mariana.viveirosdecastro@gmail.com

**Editora Associada**

 Fabiana Bom Kraemer

## ***Educação Alimentar e Nutricional como estratégia de promoção da Segurança Alimentar e Nutricional: análise de ações divulgadas nas redes sociais de instituições não governamentais atuantes no combate à fome***

**Food and Nutrition Education as a strategy to promote Food and Nutrition Security: analysis of actions publicized on social media of non-governmental institutions active in the fight against hunger**

### **Resumo**

**Introdução:** A Educação Alimentar e Nutricional (EAN) é um campo de conhecimento que busca promover a prática autônoma e voluntária de hábitos alimentares saudáveis fundamentais para o acesso ao Direito Humano à Alimentação Adequada. **Objetivo:** O propósito deste estudo foi examinar e avaliar práticas de EAN divulgadas nas redes sociais de instituições que atuam no combate à fome, refletindo criticamente como os princípios do Marco de Referência em EAN se articulam com as ações divulgadas nessas plataformas, reconhecendo a importância política dessa análise para a promoção da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). Com a questão de estudo “De que forma práticas educativas associadas ao comer, divulgadas em redes sociais, estão alinhadas à princípios do campo político da alimentação?”, tomamos por base elementos pedagógicos de Paulo Freire para uma educação transformadora, enquanto suporte teórico crítico-reflexivo. **Método:** A presente pesquisa é de cunho qualitativo, de caráter exploratório, tendo como locus o Instagram de organizações e movimentos sociais com perfis públicos, selecionadas para análise de postagens de ações de EAN. **Resultado:** Foram encontradas 24 instituições que divulgaram diferentes iniciativas educativas e, a partir dos princípios de EAN, percebemos que, ainda que haja certa complexidade na implementação de hortas e atividades culinárias, práticas educativas mais recorrentes no estudo, essas ações fortalecem a materialização local de uma política universal. **Conclusão:** Na miríade de possibilidades de práticas educativas, compreendemos que aquelas que promovem pertencimento e experimentação dos sujeitos no cotidiano da vida carregam a potência de transformação, reafirmando a educação, especialmente, a alimentar, enquanto ato político, como alicerçado na perspectiva freiriana.

**Palavras-chave:** Educação Alimentar e Nutricional. Segurança Alimentar. Direito Humano à Alimentação Adequada. Redes Sociais On-line.

#### **Abstract**

**Introduction:** Food and Nutrition Education (FNE) is a knowledge area that seeks to promote the autonomous and voluntary practice of healthy eating habits that are key to access the Human Right to Adequate Food. **Objective:** The purpose of this study was to examine and evaluate FNE practices publicized in social media of institutions active in the fight against hunger, critically reflecting how the FNE Reference Framework principles articulate with the actions publicized in these platforms, acknowledging the political importance of this analysis in promoting Food and Nutrition Security (FNS). Along with the study question "In what way educational practices associated to eating, publicized in social media, are in line with political principles in eating?", we used as critical and reflective theoretical support Paulo Freire's pedagogical elements as a base to a transformative education. **Method:** This is a qualitative and exploratory research that has Instagram as the locus of organizations and social movements with public profiles that were selected for the analysis of FNE action posts. **Result:** 24 institutions were found having publicized different educational initiatives and, from FNE principles, we have noticed that, even though there is still some complexity in implementing vegetable gardens and cooking activities - the most recurring educational practices in the study - these actions strengthen local materializations of a universal policy. **Conclusion:** Among all the educational practices possible, we understood that those which promote subjects' belonging and experiences in daily life have a transforming power; reinstating education, specially, nutritional education, as a political act as described in Freire's perspective.

**Keywords:** Food and Nutrition Education. Food Security. Human Right to Adequate Food. Online Social Media..

## INTRODUÇÃO

De acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos,<sup>1</sup> o direito à alimentação é reconhecido como fundamental. No entanto, a fome e a insegurança alimentar são resultados de disparidades sociais, criadas como consequência de um sistema capitalista que concentra e exaure seus meios de produção, promovendo condições ambientais e sociais desfavoráveis ao acesso a alimentos de qualidade.<sup>2</sup>

Nesse sentido, a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), no Brasil, está atrelada aos princípios do Direito Humano a Alimentação Adequada (DHAA) e da Soberania Alimentar, o que remete ao estar livre da fome e da má nutrição, numa perspectiva de acesso a uma alimentação adequada, saudável, segura e sustentável para todas as pessoas.<sup>3</sup>

Em consonância com a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN),<sup>4</sup> publicada no Brasil em 2006 com a intenção de assegurar o DHAA, a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO),<sup>5</sup> em 2020, numa perspectiva mundial, definiu a Segurança Alimentar a partir de seis dimensões essenciais, conforme estabelecido pelo Painel de Alto Nível de Especialistas em Segurança Alimentar e Nutricional. São elas: disponibilidade (produção em quantidade e qualidade), acesso (econômico, social e físico), utilização (aspectos culturais e biológicos da alimentação), estabilidade (acesso permanente e contínuo), agência (no que se refere à autonomia de indivíduos e grupos para fazerem escolhas) e sustentabilidade como viabilidade, no longo prazo, de sistemas alimentares.<sup>5</sup>

Ainda que no campo político-histórico as dimensões que vêm sendo construídas em torno da SAN carreguem a intenção de atenuar a insuficiência alimentar, estudos revelam sua ocorrência ou permanência em diferentes contextos.<sup>6,7</sup>

Diante de cenários que revelam fome, fenômeno que precisa ser nomeado como uma estratégia de resistência para as teorias conformistas e produções capitalistas daqueles que comem,<sup>5</sup> a Educação Alimentar e Nutricional (EAN) é apontada como uma das diretrizes da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), cujo intuito é constituir um

[...] campo de conhecimento e de prática contínua e permanente, transdisciplinar, intersetorial e multiprofissional, que visa promover a prática autônoma e voluntária de hábitos alimentares saudáveis (p.23).<sup>8</sup>

Nessa concepção, a educação popular, social e comunitária realizada nas ações de movimentos sociais e Organizações Não Governamentais (ONGs) também se apresenta como uma ferramenta que, geralmente, não é capturada por formatos tradicionais impositivos e unilaterais na relação educando-educador, mas nasce das vivências e da interação social.<sup>9</sup>

Desse modo, a EAN permite que ações no combate à fome não sejam apenas assistencialistas, pois ela tem potencial de sensibilizar sujeitos a partir da compreensão de que alimentação é um direito, bem como problematizar a pobreza, a fome, o consumo de alimentos de baixa qualidade e questões sobre desigualdades sociais e econômicas, geradoras dessas condições.<sup>10</sup> É tal qual Contreras & Gracias<sup>11</sup> apontam o caráter insuficiente e cínico das ajudas financeiras e alimentares, pois é preciso resolver as causas da fome e não apenas aliviar seus sintomas.

Sob esse olhar, ao considerar os nove princípios do Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional (MREAN),<sup>8,9</sup> práticas e processos inseridos em instituições que atuam no combate à fome são, no contexto deste trabalho, lócus para uma abordagem crítico-reflexiva, a partir da compreensão de EAN

enquanto diretriz política. Nessa perspectiva, diversas experiências brasileiras foram publicizadas, em 2023, em material digital do Laboratório de Inovação em Educação Alimentar e Nutricional (LIS-EAN).<sup>12</sup>

Em consonância com a temática ora apresentada, o avanço da tecnologia e o surgimento das redes sociais se tornaram espaços para o campo da alimentação e suas práticas. Por meio de ferramentas de comunicação, é possível estreitar conexões entre diversos sujeitos, incentivando o compartilhamento de experiências que não ficam, necessariamente, circunscritas a uma região ou grupo social, permitindo aproximação entre o global e o local com novas formas de participação e mobilização social.<sup>13</sup>

As redes sociais constituem-se como uma nova ferramenta de comunicação e aprendizagem, sendo espaço para a construção coletiva de saberes, através da interação entre os seus participantes.<sup>14</sup> Elas permitem a divulgação e democratização de ideias e favorecem o engajamento social, assim como também permitem a denúncia da realidade de certos grupos populacionais,<sup>15</sup> como aqueles acometidos pela insegurança alimentar. Por meio da internet, pode haver circulação de informação com uma audiência amplificada, possibilitando novas formas de participação da sociedade. Desse modo, os movimentos sociais encontram nas redes sociais um novo espaço que pode corroborar para sua organização política.<sup>13</sup>

O caminho da construção do objeto deste estudo parte da perspectiva de se afastar da ideia da fatalidade para explicar fenômenos sociais como pobreza e fome. Nesse sentido, Freire<sup>16</sup> coloca “os sonhos, a utopia e a justiça social” como possibilidade de se colocar uma lente sobre questões invisibilizadas e assim permitir ao sujeito, por meio da educação, “ser no mundo, (re)transformando este mundo e não se adaptando a ele” (p.50).<sup>17</sup> Assim, a questão que se apresenta é: de que modo as práticas educativas, em torno da comida e do comer, em cenários sociais desfavorecidos se conectam com a possibilidade da conquista do DHAA para todas as pessoas?

O objetivo deste estudo foi, portanto, identificar e analisar práticas de EAN divulgadas nas redes sociais de instituições atuantes no combate à fome, a fim de refletir de que forma princípios do MREAN estão articulados às atividades publicizadas, reconhecendo nessa análise uma relevância teórico-política para a Segurança Alimentar e Nutricional.

## MÉTODO

### **Educação Alimentar e Nutricional e Paulo Freire: referencial teórico para uma abordagem crítico-reflexiva no campo da Educação**

A EAN foi delineada pelo Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional (MREAN),<sup>8</sup> que a reposicionou na agenda pública dos setores saúde e educação.<sup>18</sup> Essa diretriz está fundamentada na perspectiva de uma educação popular, segundo Paulo Freire,<sup>19</sup> ao considerar um processo educativo, problematizador, dialógico, pautado na autonomia do sujeito e construído por seus próprios conhecimentos.<sup>20</sup> Tal concepção deu subsídios teórico-científicos para ultrapassar uma visão mais tradicional do campo Nutrição/Saúde, o qual tem por prática reduzir a alimentação aos aspectos biológicos.<sup>21</sup>

Ao considerar que é no território que grupos sociais firmam seus costumes e práticas em torno do comer, considera-se igualmente que é nesse lugar que se deveria exercer a liberdade sobre suas próprias estratégias de produção, distribuição e consumo de alimentos, segundo suas tradições e culturas.<sup>3</sup>

Assim, perante a ótica de uma educação popular, social e comunitária, a EAN pode ter um papel transformador quando busca modificar realidades e estruturas sociais, por estímulo à capacidade crítica em torno da alimentação.<sup>22</sup> Por seu predicado transversal, tem potencial de se conectar a uma educação revolucionária, que em diálogo com a pedagogia de Paulo Freire subsidia uma educação problematizadora,<sup>23</sup> que visa à transformação de um mundo que,

majoritariamente disponibiliza, de modo hegemônico, uma alimentação formatada pela indústria e grandes mercados.<sup>24,25</sup>

Nesse sentido, a EAN está situada em um campo de significação pedagógica que abarca o conhecimento científico e os saberes da comunidade, com valorização da cultura alimentar e respeito aos aspectos sociais da alimentação.<sup>9</sup>

Os princípios que orientam as ações em EAN são potentes em ampliar a percepção para sua funcionalidade em diversos cenários e possibilitam um planejamento e execução por diferentes caminhos.<sup>18</sup> Tais princípios são: sustentabilidade, sistemas alimentares, valorização da cultura alimentar, valorização da culinária como prática emancipatória, promoção da autonomia e autocuidado, reconhecimento da educação enquanto processo permanente e gerador de autonomia, diversidade nos cenários de prática, intersetorialidade e planejamento e avaliação de ações em EAN.<sup>8</sup>

Este trabalho segue uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório e interpretativo, fundamentado em teorias do campo da Educação, sobre educação crítica e transformadora, a fim de contribuir para uma reflexão analítica de práticas em EAN no contexto da promoção da Segurança Alimentar e Nutricional. Tendo em vista o conceito da EAN apresentado pelo Marco de Referência<sup>8</sup> como transdisciplinar que visa à promoção de práticas autônomas do indivíduo de hábitos alimentares saudáveis e que deve fazer o uso de recursos educacionais problematizadores, recorreremos às ideias propostas por Paulo Freire nas suas obras *Pedagogia da Autonomia*,<sup>19</sup> *Pedagogia do Oprimido*<sup>17</sup> e *Pedagogia dos Sonhos Possíveis*.<sup>16</sup> São ideias que se contrapõem à ideia de uma “educação bancária”, em que há uma transmissão unilateral de conhecimento do educador para o educando, mas propõem uma educação crítica, que possibilite a construção de conhecimentos, valorize a experiência do educando e o permita se enxergar como sujeito ativo do seu processo educativo e agente de sua transformação e da transformação de seu mundo.<sup>19</sup>

## **Instituições que atuam no combate à fome: o lócus da pesquisa**

A pesquisa foi realizada no ambiente digitalizado, a saber, as redes sociais – Instagram (IG) – de perfis públicos, com livre acesso, de organizações e movimentos sociais envolvidos com ações no combate à fome e defesa de SAN. A escolha dessa fonte de informações e dados para o estudo foi em função da capilaridade para alcançar diferentes públicos da ferramenta digital, bem como por sua característica de linguagem imagética e escrita, aliado à ideia de instagramização da vida, enquanto processo que, segundo Bentes,<sup>26</sup> busca dar visibilidade para realidades em formas ensaiadas de si mesmo, criteriosamente selecionadas, de acordo com uma cultura empreendedora e cuidadosamente produzidas para serem divulgadas.

Para Martins,<sup>14</sup> as pesquisas no universo digital trazem diferentes registros do cotidiano na contemporaneidade, abrindo novos espaços para pensar de forma multidisciplinar o campo da saúde. Entendemos, assim, que as instituições aqui pesquisadas, ao realizarem suas postagens em torno da comida e atividades de EAN, o fazem para além de um fim estético, ainda que este elemento esteja presente, enquanto um atributo do IG. Elas o fazem como registros de suas leituras de mundo, conceito definido por Paulo Freire que se refere à compreensão dos indivíduos e grupos populares de sua presença no mundo, o saber da experiência que precede o saber da palavra.<sup>19</sup>

A investigação do contexto do trabalho em redes sociais se deu pelo fácil acesso ao que é divulgado pelas instituições, a fim de buscar a existência de práticas de EAN adotadas por organizações no combate à fome e na promoção da SAN. Dessa forma, conjectura-se alguma possibilidade de transformação das realidades sociais. Para fundamentar o que seriam definidas como práticas em EAN associamos as práticas alimentares publicadas em redes sociais com os princípios do MREAN.

Para identificar possíveis perfis no Instagram, realizou-se uma pré-seleção em duas plataformas digitais, com descritores associados à fome e à insegurança alimentar: o site Atados,<sup>a</sup> uma plataforma de voluntariado, na qual foi selecionado o tema “combate à fome” e gerada uma lista de organizações atuantes nessa frente. E o site do Mapa das Organizações da Sociedade Civil,<sup>b</sup> no qual houve a seleção do seguinte Objetivo do Desenvolvimento Sustentável (ODS): “acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável”. Foi gerada, então, a relação de instituições atuantes nesse setor.

Posteriormente, foi criado pelas pesquisadoras um perfil no Instagram, exclusivamente para realização deste estudo, sem fotografia, biografia, seguidores e publicações, a fim de concentrar as atividades de pesquisa no perfil criado. Desse modo, atenuaram-se as possibilidades de quaisquer perfis pessoais influenciarem os resultados.

Assim, com o propósito de constatar a existência de perfis das instituições previamente selecionadas nos sites citados, realizamos no IG uma pesquisa com os nomes dessas instituições. Para o acréscimo de novas páginas de ONGs que agem no combate à fome e em defesa da SAN no Brasil, foi adotado o uso de hashtag(#), artifício para busca de conteúdo disponibilizado na plataforma, com uso do símbolo da cerquilha (#) associado à palavras-chave, resultando nos seguintes termos: “#segurançaalimentar”, “#combatea fome”, “#soberaniaalimentar” e “#educaçãoyalimentarenutricional”. O critério de inclusão dos perfis selecionados foi baseado no texto exposto na descrição da biografia das páginas de IG consultadas, considerando a citação, nessa seção, das seguintes temáticas: comida, alimentação, fome, desperdício de alimentos e afins.

## Procedimentos e organização da coleta

Em seguida, compreendendo o período de abril a outubro de 2022, foi realizado um levantamento em cada perfil para proceder a uma análise de conteúdo dos *posts* realizados por cada organização dentro desse período, que tratasse sobre alimentação e afins, conforme temas da biografia. Identificamos a data da publicação e transcrevemos o conteúdo das imagens que poderiam ser fotos, vídeos ou arte digital, assim como copiamos o texto descritivo de cada postagem. Os *posts* encontrados foram salvos e categorizados de acordo com os princípios apresentados no Marco de Referência em Educação Alimentar e Nutricional para Políticas Públicas, a fim de reconhecer alguma exequibilidade nas ações de EAN publicizadas. Foi adotado como critério de exclusão: instituições que tornaram público em suas redes, atividades exclusivamente assistencialistas, como doação de cestas básicas ou de alimentos prontos.

Para a análise dos dados, organizou-se uma planilha dividida em colunas com o nome do perfil e a biografia da organização no IG, as ações em EAN encontradas nas postagens e os princípios de EAN relacionados.

A pesquisa utilizou dados provenientes de perfis públicos do Instagram, não havendo necessidade de submissão ao Comitê de Ética.<sup>14</sup> Ainda assim, critérios éticos foram considerados na preservação à exposição de nomes e imagens de sujeitos, pois não houve coleta de dados sensíveis ou identificáveis além do que está exposto publicamente.

## RESULTADOS E ANÁLISE

Foram encontradas inicialmente 38 instituições, presentes no Instagram, as quais compreendemos atuar sob o amparo da segurança alimentar e nutricional. No entanto, dentre essas, 14 caracterizavam-se pelo assistencialismo, sem uma prática evidente de atividades educativas em torno da comida. Portanto, para este trabalho, foram lidas e analisadas todas as postagens de 24 organizações que publicaram, em suas redes, trabalhos com abordagem em EAN, em um cenário de proteção e segurança alimentar, no período estipulado para a pesquisa. A lista das instituições selecionadas para o estudo encontra-se no Quadro 1.

---

<sup>a</sup><https://www.atados.com.br/>

<sup>b</sup><https://mapaosci.ipea.gov.br/>

**Quadro 1.** Relação de instituições pesquisadas no Instagram e ações selecionadas.

| Organizações                                | Perfil no Instagram             | Ações em EAN postadas  |
|---|---------------------------------|--|
| I. Ação Da Cidadania;                       | @acaodacidadania                | Aulas de culinária.  |
| II. ACT Promoção Da Saúde;                  | @insta.act                      | Ações educativas em EAN; Ações em <i>advocacy</i> .  |
| III. Agrofavela Refazenda;                  | @agrofavela_refazenda           | Ações com hortas comunitárias.   |
| IV. Aliança Pela Alimentação;               | @aliancaalimentacao             | Ações em <i>advocacy</i> ; Ações em ativismo alimentar.  |
| V. CREN Centro De Recuperação Infantil;     | @cren.org.br                    | Ações educativas em EAN.   |
| VI. Favela Orgânica;                        | @favela_organica                | Aulas de culinária, Educação sobre o uso integral do alimento; Hortas comunitárias.                              |
| VII. FIAN Brasil;                           | @fianbrasil                     | Ações educativas em EAN; Ações em <i>advocacy</i> .  |
| VIII. Gastromotiva;                         | @gastromotiva                   | Curso de culinária; Educação sobre o uso integral do alimento; Campanhas contra o desperdício de alimentos.      |
| IX. Gente É Para Brilhar                    | @gente.prabilhar                | Ações em ativismo alimentar; Promoção de hortas comunitárias, Promoção da agroecologia.                          |
| X. Instituto Brasil A Gosto;                | @institutobrasilagosto          | Divulgação de receitas da cultura brasileira, Valorização da cultura alimentar.                                  |
| XI. Instituto Brotar;                       | @institutobrotar                | Ações com hortas comunitárias.   |
| XII. Instituto Maniva;                      | @institutomaniva                | Aulas de culinária; Promoção da agroecologia; Valorização da cultura alimentar.                                  |
| XIII. Instituto Mãe Terra;                  | @maeterra.org.br                | Ações com hortas comunitárias.   |
| XIV. Movimento Camponês Popular Brasil;     | @mcpbrasil                      | Promoção da agroecologia; Valorização da cultura alimentar.  |
| XV. Mesa Brasil Sesc São Paulo;             | @sescmesabrasilsp               | Campanhas contra o desperdício de alimentos e aulas de culinária.  |
| XVI. MST;                                   | @movimentosemterra              | Promoção da agroecologia, promoção da agricultura orgânica, Defesa da agricultura familiar e da reforma agrária. |
| XVII. O Joio E O Trigo;                     | @ojoioeotrigo                   | Divulgação de informação sobre alimentação e sistemas alimentares, ativismo alimentar.                           |
| XVIII. Observatório Da Alimentação Escolar; | @observatorioalimentacaoescolar | Ações de <i>advocacy</i> ; Pesquisa e divulgação de dados sobre alimentação.                                     |
| XIX. Ong Banco De Alimentos;                | @ongbancodealimentos            | Campanhas contra o desperdício de alimentos e aulas de culinária.  |
| XX. Oxfam Brasil;                           | @oxfambrasil                    | Ações de <i>advocacy</i> , Pesquisa e divulgação de dados sobre alimentação.                                     |
| XXI. Projeto De Ponta A Ponta               | @projetodepontaaponta           | Promoção da agricultura familiar e da agroecologia.  |
| XXII. Stop Hunger Brasil;                   | @stophungerbrasil               | Aulas de culinária, Ações educativas; Trabalho com hortas comunitárias   |
| XXIII. Umbúntu Alvorada - RS                | @umbuntualvorada                | Hortas comunitárias  |
| XXIV. Xepativismo                           | @xepaativismo                   | Divulgação de informação sobre alimentação e sistemas alimentares; Ativismo alimentar.                           |

No decorrer da pesquisa, as autoras sentiram necessidade de classificar os tipos de ações de EAN, conforme as características mais evidentes nas postagens, o que gerou categorias, identificadas no decorrer do texto com as sete letras iniciais do alfabeto: (A) Realização de hortas e compostagens comunitárias; (B) Cursos de culinária e profissionalizantes em gastronomia; (C) Realização de feiras agroecológicas; (D) Distribuição de alimentos agroecológicos; (E) Ativismo alimentar;<sup>27</sup> (F) Ações de *advocacy*;<sup>28</sup> e (G) Produção de material educativo e ações educativas básicas (Quadro 2).

**Quadro 2.** Tipo das ações em EAN divulgadas no perfil das instituições e respectivos princípios do MREAN<sup>8</sup> relacionados.

| Tipos de ações em EAN  | Descrição das ações de EAN   | Princípios de EAN, segundo MREAN <sup>1</sup>  |
|--|--|--|
| A. Realização de hortas e compostagens comunitárias          | Desenvolvimento da autonomia do indivíduo quanto a produção do seu alimento, conscientizando sobre e alimentação saudável, colaboração para a análise crítica à produção industrial de alimentos e a sensibilização para o tema sustentabilidade.  | Sustentabilidade social, ambiental e econômica; Abordagem do sistema alimentar, na sua integralidade; A Educação enquanto processo permanente e gerador de autonomia.  |
| B. Cursos de culinária, profissionalizantes em gastronomia   | Com o foco no uso integral dos alimentos, no combate ao desperdício, na valorização da cultura regional, no desenvolvimento pessoal e no empreendedorismo.   | Valorização da cultura alimentar; Valorização da culinária enquanto prática emancipatória; A Promoção do autocuidado e da autonomia.   |
| C. Realização de feiras agroecológicas                       | Com o objetivo de difundir a agroecologia como forma sustentável e de valorizar a agricultura familiar como forma justa econômica e socialmente de produção de alimentos, valorizar ingredientes nacionais, não convencionais entre eles a defesa das sementes crioulas.   | Sustentabilidade social, ambiental e econômica; Abordagem do sistema alimentar, na sua integralidade; Valorização da cultura alimentar e o respeito à diversidade.   |
| D. Distribuição de alimentos agroecológicos                  | Distribuição de alimentos da agricultura familiar, permitindo a colaboração entre o produtor rural e pessoas necessitadas, facilitando o acesso a alimentos saudáveis; Distribuição de cestas básicas de produção agroecológica. Aqui a distribuição não teve apenas um caráter assistencialista, mas teve um impulso ideológico, educativo e cooperativo. | Sustentabilidade social, ambiental e econômica; Abordagem do sistema alimentar, na sua integralidade; Valorização da cultura alimentar local e respeito à diversidade; A Educação enquanto processo permanente e gerador de autonomia. |
| E. Ativismo alimentar  | Através da divulgação e conscientização popular sobre alimentação saudável, desperdício de alimentos, os malefícios da agricultura industrial e o uso de agrotóxicos e o incentivo a agricultura familiar e agroflorestal.   | Abordagem do sistema alimentar, na sua integralidade; Sustentabilidade social, ambiental e econômica, Intersetorialidade.  |
| F. Ações de <i>advocacy</i>                                  | Com o objetivo fomentar políticas públicas em defesa da SAN como por exemplo: produção de pesquisas no campo da alimentação, atividades de comunicação sobre como a alimentação industrial impacta na saúde, no meio ambiente e nas relações socioeconômicas e mobilização social para a efetivação de políticas públicas voltadas para a SAN.             | Intersetorialidade; Planejamento, avaliação e monitoramento das ações.   |
| G. Produção de material educativo e ações educativas básicas | Cursos, oficinas e palestras sobre alimentação saudável, produção audiovisual sobre cultura alimentar e elaboração de livro de receitas tradicionais.  | A Educação enquanto processo permanente e gerador de autonomia; Valorização da culinária enquanto prática emancipatória; Intersetorialidade.   |

As ações educativas selecionadas nos perfis em tela foram associadas, ao menos, a um dos nove princípios de EAN (Quadro 2) constantes no Marco de Referência.<sup>8</sup> Nesse sentido buscamos compreender, a partir de uma fundamentação teórica-reflexiva do campo da Educação, de que modo as ações de EAN se aproximam do enfrentamento à fome e da luta pela consolidação do DHAA.

O primeiro princípio se refere à sustentabilidade social, ambiental e econômica, cujas ações de EAN potencializam abordagens em que a alimentação dos indivíduos e coletividades podem ser pensadas no curto e longo prazos, sem sacrificar os recursos naturais do planeta e com uma comercialização economicamente justa.<sup>8</sup> Dentre as ações encontradas sob este princípio, destacam-se a implementação de hortas comunitárias<sup>(A)</sup> e as oficinas culinárias<sup>(B)</sup>, cujo escopo se dá em torno da utilização integral dos alimentos.

Nesse sentido, há de se refletir se a culinária e o cultivo de uma hortaseriam potentes ações situadas “entre o fazer e o pensar sobre o fazer”.<sup>19</sup> A cozinha, para o preparo dos quitutes, ou uma área verde, destinada ao plantio de (futuras) comidas seriam lugares para o exercício de uma prática educadora *que supere um saber ingênuo* e incentive um *saber produzido pelo próprio aprendiz em comunhão com o educador formador, diante de sua curiosidade?*<sup>19</sup>

Segundo Coelho & Bogus,<sup>29</sup> hortas comunitárias viabilizam um ambiente participativo de aprendizagem, despertando a curiosidade sobre a origem de cada alimento e estabelecendo uma nova relação com a alimentação. Para Costa,<sup>30</sup> as hortas possibilitam a criação de um espaço de organização comunitária, com o fortalecimento de laços sociais, valorização da cultura local, geração de empregos e promoção do empoderamento individual e coletivo, sobretudo nas populações mais frágeis, mais vulneráveis às oscilações de preços dos alimentos, configurando uma importante alternativa para a SAN.

Sob essa perspectiva participativa e integradora propiciada por uma horta, destacamos a visão de Gadotti,<sup>31</sup> inspirado em Madalena Freire, ao refletir sobre a dialética entre o afetivo e o cognitivo, em que destaca que “o sujeito é capaz de construir seu conhecimento vivendo o aqui e o agora”. Uma formação motivada por uma atividade educativa que planta, rega e colhe alguma comida, transcende uma formação bancária, nos moldes freirianos, do contrário tem potencial para sensibilizar para questões políticas e de cidadania.

As ações práticas com hortas comunitárias permitem trabalhar diversos princípios para ações de EAN, como: sustentabilidade social, ambiental e econômica; abordagem no sistema alimentar em sua integralidade; a comida e o alimento como referências; promoção do autocuidado e da autonomia; educação geradora de participação ativa; e a diversidade de cenários de práticas.<sup>29</sup> Freire<sup>16</sup> ressalta a importância de se criar formas alternativas de trabalho na prática educacional e sobre ela diz:

Não é o único caminho à transformação social necessária à conquista dos direitos humanos, contudo acredito que, sem ela, jamais haverá transformação social (p.50).<sup>16</sup>

Assim, a implementação de hortas tem sido uma estratégia fundamental na formação de sujeitos, seja em ambientes de ensino institucional e sistematizado, como as escolas, seja em ambientes que promovam uma formação livre, como cooperativas ou associações. Em trabalho publicado em 2014,<sup>32</sup> *Hortas Escolares no Distrito Federal*, os autores apontam que 37,7% das escolas do Distrito Federal possuíam hortas, tendo como principal motivo de implementação, a complementação da alimentação escolar e sua utilização como espaço educativo para promoção da alimentação saudável. Já Coelho & Bogus<sup>33</sup> descrevem a perspectiva de educadores da cidade de Embu das Artes, SP, as impressões sobre a implementação de hortas como práticas

educativas tendo como resultado um espaço de cuidado, com a construção de vínculos através da participação ativa dos educadores e alunos em uma relação horizontal em que todos puderam contribuir com seus conhecimentos e experiências.

Toda ação pedagógica, segundo Bourdieu,<sup>34</sup> é uma imposição entre classes dominantes e classes dominadas, característica de um sistema de ensino escolar, em que a reprodução (de estruturas e relações), nos termos do autor, assegura uma *violência simbólica*.<sup>34</sup> Nesse sentido, uma horta carrega em si um potencial de romper com um modo de ensinar historicizado numa relação hierárquica, impositiva e unilateral na transmissão de conhecimento. Freire<sup>17</sup> fala sobre a concepção bancária da educação, em que o educador como depositante enche de conteúdo os educandos como depositários e estes, por sua vez, apenas podem receber, memorizar e armazenar.

Uma horta com seu caráter identitário, por representar um saber local integrado às condições climáticas, dificilmente não será autoral de um grupo social. Desse modo, sua existência pode ser um celeiro de ações pedagógicas conectadas a muitos saberes populares e áreas de conhecimento que estimulam um processo formativo para além da *reprodução*, por, em si, apropriar-se de uma lógica transformadora.

A abordagem do sistema alimentar na sua integralidade compreende problematizar toda a cadeia produtiva alimentar desde o acesso à terra, à água, aos meios de produção, processamento, distribuição e comercialização. Envolve a escolha e o consumo dos alimentos até a destinação dos resíduos gerados.<sup>8</sup> Foram encontradas ações como a conscientização contra o desperdício de alimentos,<sup>(B;E)</sup> conscientização e ativismo pela causa agroecológica,<sup>(E)</sup> realizações de feiras agroecológicas<sup>(C)</sup> e ações de distribuição da produção da agricultura familiar em áreas carentes.<sup>(D)</sup>

Diante de práticas *conscientizadoras*, vale refletir sobre o que Freire<sup>17</sup> nomeia de “método de conscientização”. Distante da intenção de sistematizar um modelo educativo, o educador faz uma abordagem crítico-reflexiva que coloca um objeto (a exemplo das ações de EAN) como constituição da intencionalidade da consciência, capaz de oportunizar aos sujeitos “(re)descobrir-se através da retomada reflexiva do próprio processo em que vai ele se descobrindo, manifestando e configurando” (p.10).<sup>17</sup> Desse modo, percebemos que ações conscientizadoras não precisam carregar, em si, a ideia de um ensino bancário, contrariamente, “se a consciência se distancia do mundo e o objetiva, é porque sua intencionalidade transcendental a faz reflexiva”(p.10).<sup>17</sup>

As ações que trabalham a culinária<sup>(B)</sup> em cursos ou em divulgação de receitas<sup>(G)</sup> merecem destaque. Abordam diferentes princípios, como o da valorização da cultura alimentar local e respeito à diversidade de opiniões e perspectivas. Consideram, ainda, a legitimidade dos saberes de diferentes naturezas e permitem a difusão da cultura alimentar das regiões do país, bem como abordam a comida e o alimento como referências e a valorização da culinária enquanto prática emancipatória.

Para Castro et al.,<sup>35</sup> através da culinária é possível vivenciar e refletir sobre as relações entre alimentação, cultura e saúde, pois se trata de uma prática social, carregada de simbolismo, história e identidade, não se restringindo às características nutricionais dos alimentos. Permite que o tema da alimentação seja tratado de forma concreta, inserido na realidade do educando, possibilitando a construção de soluções para as necessidades encontradas em relação à alimentação.<sup>35</sup> Segundo Garcia & Castro,<sup>36</sup> a culinária é uma prática social que agrega saberes individuais e coletivos, tradicionais e criativos, culturais e afetivos, que permite a troca de experiências e um aprendizado mais amplo sobre alimentação e nutrição. Menezes & Maldonado<sup>37</sup> acrescentam que a culinária é uma ferramenta estratégica para a EAN articulando saberes científicos e do cotidiano, teoria e prática, conceitos que Freire<sup>19</sup> também ressalta quando diz que “a prática de cozinhar vai preparando o novato” (p.12), modificando e ampliando seus saberes.

As aulas de culinária também contemplam o princípio da promoção do autocuidado e da autonomia. O *Guia Alimentar para População Brasileira*<sup>38</sup> destaca a importância do desenvolvimento de habilidades culinárias e destaca como o processo de perda dessas habilidades resulta em maior consumo de alimentos ultraprocessados - portanto, numa alimentação que tem sido associada ao ganho de peso e a outros parâmetros desfavoráveis à saúde.<sup>24,39</sup>

Oliveira & Castro<sup>40</sup> destacam a importância da autonomia culinária, definida como a capacidade de pensar, decidir e agir em relação ao preparo de refeições como garantia ao acesso a uma alimentação adequada e de qualidade, minimamente processada. Para tal, não basta apenas intenção do agente; é preciso a disponibilidade de diferentes recursos sob diferentes influências, desde o conhecimento culinário, a infraestrutura de uma cozinha básica, o acesso a alimentos *in natura*, a existência de uma seguridade social, a promoção da equidade de gênero, o incentivo à agricultura de base agroecológica e a garantia do direito humano à alimentação adequada.<sup>40</sup>

O ativismo alimentar,<sup>(E)</sup> muito presente nas redes sociais, utilizado por diversas organizações não governamentais, tem como finalidade pressionar os governos a favor de políticas de SAN, mas também educar a população, agindo de acordo com o princípio da educação enquanto processo permanente e gerador de autonomia e participação ativa e informada dos sujeitos. O ativismo alimentar pode ser entendido por discursos e ações de pessoas ou grupos com o objetivo de criticar o sistema alimentar atual dominante, a fim de torná-lo mais democrático, sustentável, saudável e ético. São temas habitualmente presentes: a defesa da segurança alimentar e combate à fome, a divulgação da agroecologia como forma sustentável de produção de alimentos,<sup>(D)</sup> a busca por criação de mercados para a produção da agricultura familiar, a divulgação dos alimentos orgânicos e o combate ao uso de agrotóxicos pela agricultura industrial.<sup>27</sup>

Na página intitulada "Xepa Ativismo",<sup>c</sup> são diversas as postagens que divulgam a defesa ao direito humano à alimentação adequada e ao combate à fome. Como exemplo, no dia 23 de julho de 2022, uma foto de um avião jogando pesticida e o título "Brasil Sem Veneno" apresenta em sua legenda um texto que solicita a participação dos leitores para lutar por uma produção agrícola sem agrotóxicos, conforme transcrito a seguir:

Para quem estiver em São Paulo, a partir das 11h vai rolar no Armazém do Campo (@armazemdocampo.sp), o lançamento da série de reportagens Brasil Sem Veneno, "um feat de milhões" da galera do @ojoioeotrigoe@deolhonosruralistas, que vai mostrar os impactos à saúde causados pelos agrotóxicos, as histórias de perseguições a pesquisadores do tema e o mapeamento inédito de iniciativas legislativas e de movimentos sociais na luta contra o veneno. Vale demais colar!!(Fonte:@xepativismo, 23 jul.2022).

Materializa-se, assim, um movimento de defesa dos direitos em relação à alimentação segura e na defesa de um mundo mais justo, no qual a comida aparece como um elemento que conecta diversas possibilidades de um futuro melhor.<sup>41</sup> Talvez seja nesse sentido que Freire<sup>16</sup> fale da

utopia como uma necessidade fundamental do ser humano [pois] todo amanhã, sobre que se pensa e para cuja realização se luta, implica necessariamente o sonho e a utopia(p.77).<sup>16</sup>

---

<sup>c</sup><https://www.instagram.com/xepativismo/?hl=pt>

A intersectorialidade e a diversidade dos cenários de prática como princípios estão presentes em todas as práticas de EAN e abraçam toda a complexidade que envolve a alimentação e suas questões econômica, social e ambiental. A intersectorialidade envolve a corresponsabilização de diferentes setores do governo e sociedade, pela garantia de uma alimentação adequada e saudável.<sup>8</sup> As diversas instituições encontradas desenvolveram ações em EAN dentro de visões voltadas para áreas da saúde, agricultura, segurança alimentar, além de educação. As ações encontradas também abrangeram diversos segmentos sociais, crianças, mulheres, agricultores, consumidores e educadores, configurando a diversificação das atividades em diferentes cenários de prática.

Por último, para o princípio do planejamento, avaliação e monitoramento, que devem anteceder, acompanhar e avaliar as ações de EAN em qualquer proposta de prática educativa, encontram-se contribuições produzidas pelas organizações que agem como fiscalizadoras do poder público e de grandes indústrias de alimentos. Propõem mudanças no sistema alimentar vigente através de ações de *advocacy*,<sup>(F)</sup> influenciando a formação de políticas voltadas para a segurança alimentar e combate à fome e denunciando infrações ou injustiças cometidas por grandes corporações da indústria de alimentos. A instituição Observatório da Alimentação Escolar<sup>c</sup> em 9 de junho de 2022, postou em sua página do Instagram:

Observatório da Alimentação Escolar apresenta propostas para eleitoras/es e candidatas/os às eleições nos âmbitos federal e estadual, que podem ajudar a garantir o direito de toda e todo estudante a se alimentar adequadamente.

O documento é fruto de uma ação conjunta entre organizações da sociedade civil e movimentos sociais e aponta a importância do Programa Nacional de Alimentação Escolar (#Pnae), principal política para a garantia do direito humano à alimentação e à nutrição adequadas (#Dhaa), especialmente de crianças e adolescentes. (Fonte: @ÓAÊ – Observatório da Alimentação Escolar, 9 jun. 2022).

O viés político da alimentação também foi explicitado em diversas postagens, como por exemplo, as publicações com as seguintes chamadas: “*Comer é um direito*”, “*Alimentação escolar é um direito*” e “*Organizações sociais unificadas pelo direito fundamental do povo se alimentar*”. Estas foram divulgadas por diferentes instituições em suas redes sociais, com o objetivo de publicizar uma causa política. Em consonância, a educação de acordo com os princípios de Paulo Freire também apresenta um caráter político, já que o ato de educar possui uma *diretividade* que, segundo o autor, exige do educador uma posição – impossívelmente neutra.<sup>42</sup>

Assim, essas instituições buscam conectar-se aos usuários de suas redes. Para além de informá-los, os discursos publicizados são uma espécie de convite para que juntos possam lutar por um mundo mais justo. Nas palavras de Paulo Freire, em *Pedagogia do Oprimido*:<sup>17</sup>

Aos esfarrapados do mundo e aos que nele se descobrem e, assim, descobrindo-se, com eles sofrem, mas, sobretudo com eles lutam (p. 15).<sup>17</sup>

## CONCLUSÕES

A Educação Alimentar e Nutricional, enquanto campo de conhecimento vasto e multidisciplinar, reúne diversas áreas do saber. Essa complexidade, contudo, pode ser um desafio na implementação de práticas educativas efetivas. Conforme o pensamento de Paulo Freire, a EAN pode sematerializarna Educação Popular, ao se fazer uma educação crítica, problematizadora e transformadora, considerando a legitimidade dos

---

<sup>c</sup><https://www.instagram.com/observatorioalimentacaoescolar/?hl=pt>

saberes de diferentes naturezas e construindo a ideia de mudança de um mundo mais justo, entendendo que “não é o discurso que válida a prática, é a prática que dá vida ao discurso”.<sup>43</sup>

As redes sociais de organizações, no escopo desta pesquisa, revelaram ações que vão ao encontro dos princípios propostos pelo Marco de Referência de EAN para as Políticas Públicas, tendendo a uma participação ativa dos sujeitos em busca do Direito Humano à Alimentação Adequada.

E sob essa égide, de certa maneira, atribuímos tal fato ao que Freire chama de “pedagogia do desejo”, um desejo político, que busca desnaturalizar um evento como a pobreza ou a fome, por meio de uma compreensão sócio-histórica, distanciando-se do fatalismo enquanto explicação dos fenômenos sociais. Nesse contexto, a EAN segue como uma diretriz política potente na produção de um amanhã alimentado pela utopia de que não mais haverá *gente com fome*,<sup>d</sup> destacando-se dentro de uma agenda que promove a SAN em busca de garantir o acesso à alimentação adequada e de qualidade, visando reduzir as desigualdades sociais, sobretudo entre os grupos socialmente mais vulneráveis.

A contribuição deste estudo está diretamente relacionada ao papel fundamental das redes sociais na promoção da Segurança Alimentar e Nutricional. Ao analisar o uso dessas plataformas para a disseminação de práticas de Educação Alimentar e Nutricional, o estudo demonstra como elas podem atuar como ferramentas acessíveis e eficazes na propagação de informações e na mobilização social. O trabalho reforça a ideia de que a EAN, além de ser um campo educativo, constitui um instrumento de transformação, capaz de engajar diversos atores na construção de uma sociedade mais equitativa, informada e participativa. A democratização do conhecimento sobre alimentação e nutrição por meio das redes sociais amplia o alcance dessas práticas, permitindo que um público diverso tenha acesso a informações essenciais sobre SAN. Isso fomenta o empoderamento e a autonomia alimentar dos indivíduos, além de contribuir para a garantia efetiva do Direito Humano à Alimentação Adequada, fortalecendo o combate à fome e à insegurança alimentar e nutricional.

---

<sup>d</sup> Citação de um trecho da canção de Ney Matogrosso “Tem Gente Com Fome”, de 1979.

## REFERÊNCIAS

1. Assembleia Geral da ONU. 1948 Declaração Universal dos Direitos Humanos [Internet]. [Acesso 3 dez. 2022]. disponível em: <https://www.oas.org/dil/port/1948%20Declara%C3%A7%C3%A3o%20Universal%20dos%20Direitos%20Humanos.pdf>
2. Silva MZT Da. A segurança e a soberania alimentares: conceitos e possibilidades de combate à fome no Brasil [Internet]. Revista de Ciência Sociais Configurações. 2020. <https://doi.org/10.4000/configuracoes.8626>
3. Instituto Interamericano de Cooperación para la Agricultura (IICA), Conselho Nacional e Segurança Alimentar e Nutricional B (Brasil) (CONSEA). Construção do sistema e da política de segurança alimentar e nutricional: a experiência brasileira. Brasília, Brasil: 2009.
4. Brasil. Lei no 11.346, de 15 de setembro de 2006. D.O.U de 18/09/2006, pág. no 1; 2006 [acesso 3 dez. 2022]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111346.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111346.htm)
5. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO). High Level Painel of Experts (HLPE). Food security and nutrition building a global narrative towards 2030 [Internet]. 2020 [acesso 8 set. 2022]. Disponível em: <https://www.fao.org/3/ca9731en/ca9731en.pdf>
6. Rede PENSSAN. Relatório-II-VIGISAN-2022 [Internet]. 2022 [acesso 3 dez. 2022]. Disponível em: <https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf>
7. Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Mais de 24,4 milhões de pessoas saem da situação de fome no Brasil em 2023 [Internet]. 2024 [acesso 24 abr. 2024]. Disponível em: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202404/24-4-milhoes-de-pessoas-saem-da-situacao-de-fome-no-brasil-em-2023>
8. Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas [Internet]. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social; 2012 [acesso 29 abr. 2023]. Disponível em: [https://www.cfn.org.br/wp-content/uploads/2017/03/marco\\_EAN.pdf](https://www.cfn.org.br/wp-content/uploads/2017/03/marco_EAN.pdf)
9. Gadotti M. Educação popular, educação social, educação comunitária conceitos e práticas diversas, cimentadas por uma causa comum [Internet]. Congresso Internacional de Pedagogia Social, 4, São Paulo, SP: Associação Brasileira de Educadores Sociais; 2012 [acesso 5 dez. 2022]. Disponível em: [http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=MSC000000092012000200013&lng=en&nrm=iso](http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC000000092012000200013&lng=en&nrm=iso)
10. Botelho FC, França Junior I. Como a atenção primária à saúde pode fortalecer a alimentação adequada enquanto direito na América Latina? [Internet] Rev Panam de Salud Publica. 2018;42. <https://doi.org/10.26633/RPSP.2018.159>
11. Contreras J e Gracias M. Alimentação, Sociedade e Cultura. 1ª.ed. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2011.
12. Brasil. Ministério da Saúde. Laboratório de Inovação em Educação Alimentar e Nutricional: Uma celebração dos 10 anos do Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as políticas públicas [Internet] 2023

[acesso 24 mar. 2024]. Disponível em:

[https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/laboratorio\\_inovacao\\_educacao\\_alimentar\\_10anos.pdf](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/laboratorio_inovacao_educacao_alimentar_10anos.pdf)

13. Bernardes F, Barbosa C. Movimentos sociais na era da internet: por todas as formas de ativismo [Internet]. Revista Mídia e Cotidiano 2018;12(1):6-23. <https://doi.org/https://doi.org/10.22409/ppgmc.v12i1.9859>
14. Martins, BC. Maternidade editada: o processo de introdução alimentar no Instagram [Internet]. Rio de Janeiro. UFRJ; fev.2020. [acesso 30 set. 2022]. Disponível em: <https://ppgn.ufrj.br/wp-content/uploads/2022/06/Bianca-Cristina-Camargo-Martins-dissertacao.pdf>
15. Marteleto RM. Análise de redes sociais- aplicação nos estudos de transferência da informação. Ciência da informação [Internet] 2001;30(1):71-81. <https://doi.org/10.1590/S0100-19652001000100009>
16. Freire P. Pedagogia Dos Sonhos Possíveis. 1ª ed. São Paulo: UNESP; 2001.
17. Freire P. Pedagogia do Oprimido. vol. 21. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 1987.
18. Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social. Princípios e práticas para educação alimentar e nutricional [Internet]. Brasília, DF; 2018 [acesso 5 nov. 2022]. Disponível em: [https://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/seguranca\\_alimentar/caisan/Publicacao/Educacao\\_Alimentar\\_Nutricional/21\\_Principios\\_Praticas\\_para\\_EAN.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/seguranca_alimentar/caisan/Publicacao/Educacao_Alimentar_Nutricional/21_Principios_Praticas_para_EAN.pdf)
19. Freire P. Pedagogia Da Autonomia: Saberes Necessários À Prática Educativa. 25ª.ed. São Paulo: Paz e Terra; 1996.
20. Fontana SZ. O papel da educação alimentar e nutricional na perspectiva da educação popular na escola [Internet]. In: XXIV Jornada de Pesquisa; [s.l.]: Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ; 2019 [acesso 27 nov. 2022]. Disponível em: <https://www.publicacoeseventos.unijui.edu.br/index.php/salaconhecimento/article/view/12386/11059>.
21. Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS). Sistemas alimentares e nutrição: a experiência brasileira para enfrentar todas as formas de má nutrição [Internet]. Brasília, DF: OPAS; 2017 [acesso 4 mar. 2022]. Disponível em: <https://www.cfn.org.br/wp-content/uploads/2017/09/oms.pdf>
22. De Farias ÉRD, Da Cruz BBS, De Oliveira BR, Beltrão ME de A, Ribeiro VEF, Da Silva VME, et al. As perspectivas da pedagogia freireana e a sua influência sobre a educação alimentar e nutricional: uma revisão de literatura [Internet]. Brazilian Journal of Development 2021;7:105449-54. Disponível em: <https://doi.org/10.34117/bjdv7n11-258>
23. Nespoli G, Paro CA, De Oliveira Lima L, Silva CRA. Por uma pedagogia do cuidado: reflexões e apontamentos com base na educação popular em saúde [Internet]. Interface: Communication, Health, Education 2020;24:1-14. <https://doi.org/10.1590/interface.200149>
24. Chris Van Tulleken. Gente Ultraprocessada. 1ª ed. São Paulo: Elefante; 2024.

25. Vasconcelos ACCP de, Magalhães R. Práticas educativas em segurança alimentar e nutricional: reflexões a partir da experiência da estratégia saúde da família em João Pessoa [Internet]. PB, Brasil. Interface: Communication, Health, Education 2016;20:99-110. <https://doi.org/10.1590/1807-57622015.0156>
26. Bentes A. #Dobras 15 // Instagramização da Vida: uma curadoria do visível [Internet]. Rio de Janeiro. MediaLab UFRJ 2018 [acesso 23 mar. 2024]. Disponível em: <https://medialabufrj.net/blog/2018/08/dobras-15-instagramizacao-da-vida-uma-curadoria-do-visivel/>
27. Portilho F. Ativismo alimentar e consumo político: duas gerações de ativismo alimentar no Brasil [Internet]. Redes 2020;25(2):411-32. <https://doi.org/10.17058/redes.v25i2.15088>
28. Hermsdorff HHM, Baião PM. Advocacy e controle social na saúde [Internet]. Viçosa, MG: L. D. Borges; 2020 [acesso 28 out. 2023]. Disponível em: <https://www.ippds.ufv.br/wp-content/uploads/2021/05/Controle-Social-e-Advocacy-2.pdf>
29. Coelho DEP, Bogus CM. Vivências de plantar e comer: a horta escolar como prática educativa, sob a perspectiva dos educadores. Saúde e Sociedade 2016;25:761-71. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902016149487>.
30. Costa MS. Horta comunitária como um instrumento de apoio à segurança alimentar [Internet]. In: Anais do XXII ENGEMA – Encontro Internacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente; 2020 [acesso 26 novembro 2022]. São Paulo: Universidade Nove de Julho – UNINOVE. Disponível em: [https://engemausp.submissao.com.br/22/anais/resumo.php?cod\\_trabalho=404](https://engemausp.submissao.com.br/22/anais/resumo.php?cod_trabalho=404).
31. Gadotti M RJE. Escola Cidadã: A Hora Da Sociedade. Autonomia da escola: princípios e propostas., São Paulo: Cortez/Instituto Paulo Freire; 2004.
32. Bernardon R, Schmitz BAS, Recine EGI, Rodrigues MLCF, Gabriel CG. Hortas escolares no Distrito Federal, Brasil. Rev Nutr [Internet]. 2014;27(2):205-16. <https://doi.org/10.1590/1415-52732014000200007>
33. Coelho DEP, Bogus CM. Vivências de plantar e comer: A horta escolar como prática educativa, sob a perspectiva dos educadores [Internet]. Saúde e Sociedade 2016;25:761-71. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902016149487>
34. Bourdieu P, Passeron J-Claude. Reprodução: Elementos Para Uma Teoria Do Sistema De Ensino. 7ª.ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes.; 2014.
35. Castro IRR de, Souza TSN de, Maldonado LA, Caniné ES, Rotenberg S, Gugelmin SA. A culinária na promoção da alimentação saudável: delineamento e experimentação de método educativo dirigido a adolescentes e a profissionais das redes de saúde e de educação [Internet]. Revista de Nutrição 2007;20:571-88. <https://doi.org/10.1590/S1415-52732007000600001>
36. Diez-Garcia RW, Castro IRR de. A culinária como objeto de estudo e de intervenção no campo da alimentação e nutrição. Cien Saúde Colet.[Internet] 2011;16:91-8. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232011000100013>

37. Menezes MFG, Maldonado LA. Do nutricionismo à comida: a culinária como estratégia metodológica de educação alimentar e nutricional. Revista Hospital Universitário Pedro Ernesto [Internet] 2015;14. <https://doi.org/10.12957/rhupe.2015.19950>
38. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Guia alimentar para a população brasileira [Internet]. 2. ed. Brasília, DF: Ministério da Saúde; 2014 [acesso 3 dez. 2022]. Disponível em: [https://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/guia\\_alimentar\\_populacao\\_brasileira\\_2ed.pdf](https://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/guia_alimentar_populacao_brasileira_2ed.pdf)
39. FAO, IFAD, UNICEF, WFP, WHO. The state of food security and nutrition in the world 2023 [Internet]. Roma: FAO; 2023. <https://doi.org/10.4060/cc3017en>
40. Oliveira MFB de, Castro IRR de. Autonomia culinária: um modelo conceitual multinível de culinária doméstica saudável [Internet]. Cad Saúde Pública 2022;38:EN178221. <https://doi.org/10.1590/0102-311xpt178221>
41. Doria C, Azevedo E. Banquetaço [Internet]. [Acesso 6 nov. 2022]. Disponível em: <https://DiplomatiqueOrgBr/Banquetaco-Ativismo-Alimentar/>
42. Freire P. Política e Educação: Ensaios / Paulo Freire. vol. 23. 5a ed. São Paulo: Cortez; 2001.
43. Freire P. Pedagogia da Tolerância. 3a ed. São Paulo: Paz e Terra; 2014

#### **Colaboradoras**

de Castro MAV participou da concepção e desenho, análise e interpretação dos dados; Oliveira V participou do desenho do estudo, da análise e interpretação dos dados, revisão e aprovação da versão final do artigo.

Conflito de Interesses: As autoras declaram não haver conflito de interesses.

---

Recebido: 29 de abril de 2024

Aceito: 20 de fevereiro de 2025